SALVIANI, Roberto. *Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil: a experiência da Itaipu Binacional*

Mariana Teixeira Guimarães

REFERÊNCIA

SALVIANI, Roberto. Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil: a experiência da Itaipu Binacional. Rio de Janeiro: E-papers, 230pp

1 O livro de Roberto Salviani é uma versão modificada de sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (SALVIANI, 2008). Inserindo-se nas discussões relativas à antropologia do desenvolvimento, Salviani problematiza o "mega projeto de desenvolvimento" Itaipu Binacional (doravante, IB). Para a finalização da pesquisa e publicação do livro, o autor contou com recursos do projeto "DIVERSO – Políticas para a Diversidade e os Novos Sujeitos de Direitos: estudos antropológicos das práticas, gêneros textuais e organizações de governo".

2 DIVERSO é um projeto fruto de uma parceria entre o Museu Nacional e a Universidade Federal Fluminense, através de seus respectivos laboratório de pesquisa e programa de pós-graduação em antropologia. Esse projeto tem o intuito de conhecer o funcionamento de instituições, além de práticas e discursos, concernentes a políticas de governo voltadas aos direitos de grupos/sujeitos diferenciados culturalmente.

3 No presente livro, o autor centra sua análise no Programa Cultivando Água Boa (CÁB), dos programas da IB que carregam a retórica de "participação e desenvolvimento sustentável", uma forma específica de demonstrar certo envolvimento das comunidades com o empreendimento IB e, também, de expressar sua "responsabilidade social" com o meio ambiente. O CÁB se constitui em um conjunto de ações, desenvolvidas pela IB, no âmbito das suas "responsabilidades socioambientais". Por

exemplo, desenvolve projetos de educação ambiental, coleta de lixo, gestão de água, produção de peixes, cultivo de plantas medicinais, entre outros.

4 O interesse de Salviani acerca do CÁB é pautado pela rotulação de determinados eventos com a alcunha do "desenvolvimento sustentável", nos últimos decênios, suplantando o termo "desenvolvimento". Assim, sua pesquisa se preocupa com as continuidades e as rupturas destes dois termos/momentos da "aventura desenvolvimentista", além de tratar da construção do "discurso do desenvolvimento" dentro de um campo delimitado. No caso, a estrutura organizacional do CÁB, onde o pesquisador teve como interlocutores os funcionários da IB e utilizou do jornal interno do CÁB para sua análise a cerca da retórica desenvolvida por este empreendimento.

5 Na introdução, após um breve apanhado acerca da Antropologia do Desenvolvimento, Salviani apoia-se na concepção onde o "desenvolvimento" é considerado como um fenômeno social, que se constitui enquanto "uma conjunção de saberes e técnicas de dominação" (:25), Salvani chama a atenção para duas vertentes de análise dentro desta área de estudos antropológicos. A primeira representada, pelo antropólogo norteamericano James Ferguson e o antropólogo colombiano Arturo Escobar (dentre outros), está mais preocupada com os mecanismos discursivos utilizados pelas empresas do desenvolvimento para efetivar seu poder.

6 Em contraposição a esta primeira vertente, a segunda corrente defende que a análise centrada no discurso do desenvolvimento acaba por instaurar um "mito do desenvolvimento", estabelecendo dicotomias como "desenvolvimentistas" e "vítimas do desenvolvimento". Esses pesquisadores defendem que essa divisão provocaria um obscurecimento da "multiplicidade de processos, discursos e experiências" (:26) que constituem o fenômeno do "desenvolvimento". Salviani, claramente, explica sua decisão em tender para a perspectiva da vertente de Ferguson e Escobar, ressaltando a importância de desvendar esse "mito do desenvolvimento". Faz esta escolha a fim de compreender melhor o seu campo, pois em seu estudo o CAB foi visto sob a luz do discurso de legitimação que considera o laço entre conhecimento e poder, com o intuito de fazer com que a retórica de participação, empoderamento e sustentabilidade, carregada por este programa, seja desvendada.

7 Após a introdução, seguem quatro capítulos, que irão ambientar o leitor na questão do "desenvolvimento sustentável", traçar um panorama da construção e reprodução da Itaipu Binacional e apresentar o Cultivando Água Boa a partir da perspectiva de quem o instituiu e também sob uma visão não oficial, fundadas na pesquisa de campo de Salviani.

8 No primeiro capítulo, "Desenvolvimento Sustentável: 35 anos", Salviani retrata a construção do termo "desenvolvimento sustentável" em uma cronologia de ascensão deste discurso que relaciona meio ambiente e desenvolvimento ao domínio das políticas de desenvolvimento. Relata as diferentes interpretações deste discurso, afinando-se com a discussão de Foladori (2007), que percebe o "desenvolvimento sustentável" através de três óticas: 1. relação entre tecnologia e meio ambiente; 2. modelo de desenvolvimento econômico baseado no consumo, e assim, no esgotamento de recursos naturais; 3. degradação ambiental devido às relações sociais estabelecidas pelo modo de produção capitalista. Para Salviani, no modelo de atuação do CÁB, estas três óticas podem ser observadas e problematizadas.

9 No segundo capítulo, o autor nos mostra o contexto da construção da Itaipu Binacional, revelando "chaves de leitura de Itaipu". A IB foi construída entre 1973 e 1982, mais uma

obra fruto do plano desenvolvimentista cunhado pelo governo militar no Brasil. A hidrelétrica, como os outros “megaempreendimentos”, ganhou status grandiosos de “simbolismo futurista”, exaltada pelo seu tamanho, pela quantidade de força de trabalho empregada na sua construção, pela magnificência de controlar a natureza, era o início do progresso, “a maior usina do mundo”. Essa retórica, do superlativo, perpassa toda a história da IB e chega ao CÁB, que conta com o capital financeiro, “técnico patrimonial” (estrutura física, equipamentos etc.) e simbólico da IB.

10 Nos dois capítulos seguintes, Salviani concentra suas atenções no CÁB. O programa foi instituído pela IB em 2003, com a política institucional de responsabilidade socioambiental. Ele é constituído por programas e ações que envolvem as populações locais em atividades que propõem a melhoria das condições ambientais do reservatório da hidrelétrica e da Bacia Hidrográfica Paraná III (abrange 29 municípios entre o oeste do Paraná e o sul do Mato Grosso do Sul), com o discurso de conectar as pessoas com o meio ambiente, de forma sustentável, além de cumprir com seu dever institucional de promover o “desenvolvimento sustentável”.

11 O autor, em sua pesquisa, procurou desvendar os interesses da empreitada do CÁB que se beneficia da retórica da participação da população local e da eficiência de uma política institucional socioambiental. Para melhor compreender esses interesses, Salviani apresenta o cenário da política energética no Brasil e como as questões socioambientais foram inseridas nesse contexto. De tal forma, no capítulo cinco, “Discussão Final” e na “Conclusão”, Salviani arremata o que aos poucos foi aparecendo em seu texto, ou seja, a limitação das ações do CÁB em comparação com sua propaganda de eficiência e de modelo de política de “desenvolvimento sustentável”.

12 Salviani chama a atenção para os planos de desenvolvimento no setor hidrelétrico no Brasil que historicamente ignoram impactos ambientais e sociais. Porém, a partir da década de 1980, com a intensificação do movimento ambientalista e com o processo de democratização do Brasil, as questões ambientais adentraram na discussão de políticas de desenvolvimento do país. Com a promulgação da Constituição de 1988, a criação do Conselho de Meio Ambiente (CONAMA), a instituição de figura dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), entre outros, além da ascensão de movimentos da sociedade civil dos atingidos por barragem, geraram uma necessidade de o Estado reestruturar o setor elétrico do país.

13 O CÁB, nesse contexto, com seu discurso de “desenvolvimento sustentável”, bem como sua autodenominação de modelo de política mediadora da relação entre homens e meio ambiente, baseada na retórica da participação popular e na promoção de “educação ambiental”, executa, segundo o autor, uma “propaganda do esquecimento” que invisibiliza os impactos ambientais e sociais, exaltando os aspectos tecnológicos e progressistas da IB. O livro conta ainda com um preâmbulo e um posfácio. No primeiro, o autor revela sua entrada no campo, ressaltando os aspectos singulares de se fazer etnografia de sociedades modernas e as relações de poder entre pesquisador e os “protagonistas das realidades que se pretende analisar” (:17), no caso, os protagonistas da sua pesquisa foram os funcionários do IB. No segundo, atualiza os últimos acontecimentos no setor energético brasileiro no lapso temporal entre a defesa de sua tese (2008) e a publicação do livro (2012), fazendo referência à questão da hidrelétrica de Belo Monte.

14 Roberto Salviani nos chama para participar de sua pesquisa com uma escrita leve e clara. Põe-nos em contato com informações primárias (dados quantitativos) que podem

suscitar nos leitores novas empreitadas de pesquisas (demanda instigada por ele). Faço coro com a fala de Antônio Carlos de Souza Lima que, na apresentação desta obra, exalta as responsabilidades da análise intelectual e da pesquisa como ação política empreitada por Salviani. Uma obra excelente, que só deixa a desejar uma melhor edição. Fotos, mapas e imagens desfocadas, algumas sem a mínima possibilidade de compreensão, são os pontos fracos do livro, que não comprometem, de forma alguma, a qualidade da pesquisa e da escrita.

15 A leitura desta obra é de fundamental importância para aqueles que desejam pesquisar sobre a retórica do "desenvolvimento sustentável" utilizada pelos empreendimentos "desenvolvimentistas" a fim de defenderem suas práticas de gestão do meio ambiente. Além daqueles que por ventura se interessem pela política energética implementada pelo Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

SALVIANI, Roberto. 2008. *"Quem ama cuida". Participação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: o caso da Itaipu Binacional*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,UFRJ/MN. 307pp.

AUTORES

MARIANA TEIXEIRA GUIMARÃES

PPGAS/UnB